

A Atividade Canavieira no Brasil: Reflexões Iniciais*

José Roberto Azevedo**

Não é objetivo do texto e fazer um panorama linear da história da atividade canavieira no Brasil, entretanto para uma melhor compreensão do processo produtivo, das relações sociais de trabalho e do crescimento da área canavieira, torna-se importante considerar os diferentes momentos e fatos que marcam a trajetória da atividade canavieira, para que consigamos, posteriormente, entender a dinâmica da agroindústria sucro-alcooleira no Brasil, e suas implicações sócio-territoriais.

Durante toda a fase colonial brasileira, houve sempre um produto em torno do qual se organizava a maior parte da economia, onde sua importância crescia até alcançar o apogeu e depois entrava em decadência, sendo que embora continuasse, surgia outro produto que entrava rapidamente em ascensão, entretanto no caso da cana isto não ocorre, pois embora de maneira menos intensa, continuou existindo, inclusive durante toda a época da mineração do século XVIII.

No Brasil colonial o plantio de cana-de-açúcar serviu antes de mais nada, como dispositivo encontrado pela metrópole para integrar a colônia, atendendo assim a dois objetivos básicos: em primeiro lugar, cumprir as necessidades de colonização e em segundo lugar, possibilitar grandes lucros à coroa portuguesa. A instalação da empresa açucareira no Brasil exigia a aplicação de grandes somas de capitais para a compra de escravos, o plantio de cana-de-açúcar e a instalação dos engenhos. Além disso, o transporte e a distribuição do produto na Europa, a parte mais lucrativa do empreendimento, era uma tarefa gigantesca, para a qual Portugal não tinha recursos suficientes. Daí os portugueses associarem-se aos holandeses que, em troca do financiamento para a instalação da empresa açucareira na colônia ficaram com o direito de comercialização do açúcar. Portanto na colônia, a produção açucareira se deu atrelada às exigências da metrópole de produção de riquezas, fundamento central do exclusivismo colonial.

Para Celso Furtado: “(...) Nos três primeiros séculos de formação a produção de açúcar teve sempre a marca do crescimento extensivo mediante a incorporação de terra e mão-de-obra não implicando modificações estruturais que repercutissem nos custos de produção e portanto na produtividade.” (FURTADO, 1998 : 61)

Segundo CARVALHO (2001): “a área plantada alastrava-se horizontalmente (...) e na parte industrial a produção crescia de forma extensiva pelo aumento das unidades fabris - os bangüês - que utilizavam as mesmas tecnologias e elaboravam o açúcar ou mel de baixa qualidade”.

Contudo, no mesmo período, a produção de açúcar nas Antilhas, introduzida no Caribe pelos holandeses que haviam sido expulsos do nordeste brasileiro no século XVII, sofria um processo de modernização com a adoção de técnicas mais avançadas no processo produtivo. Todavia no Brasil persistia uma relativa resistência a introdução de inovações capazes de superar a sua forma atrasada de produzir açúcar uma vez que, ainda assim, a acumulação do capital era assegurada de forma extraordinária.

Foi a partir do século XIX que ocorre o aumento da produção, no plano internacional, a pressão da concorrência externa, tanto do já tradicional açúcar antilhano, advindo da cana, como do açúcar europeu, produzida a partir da beterraba; sendo que no plano regional, os engenhos não conseguiam responder a estagnação desencadeada pelo fim da mão-de-obra escrava, pela falta de infra-estrutura e pelo baixo nível de adoção de tecnologia agrícola e fabril.

Sobre a produção de açúcar de beterraba, diz BRAY (1980:93): “(...) com cerca de meio século de exploração industrial da beterraba, a sua produção atingia em torno de 50% da produção de açúcar de cana-de-açúcar. A solução encontrada para impedir a ascensão do açúcar de beterraba, foi a de racionalizar a produção de açúcar de cana, centralizando as fábricas, a fim de que, com a concentração, os custos descessem a um nível com que jamais a beterraba poderia concorrer.”

Deste modo, para modernizar a produção e viabilizar a exportação, o governo imperial decide em 1875, pela transformação dos velhos bangüês em unidades industriais avançadas -os engenhos centrais numa solução que buscava a especialização, separando as atividades agrícolas das fabris, favorecendo a introdução de inovações tecnológicas para assim aumentar a produtividade nos dois setores, baixando os custos de produção do açúcar, portanto tornando-o mais competitivo no mercado internacional.

Ocorre no entanto, a partir de crises intensas a sua supressão, uma vez que sofreram e foram derrotados pela instabilidade na produção de matéria-prima, já que não podiam contar com fornecimento regular de cana a preços que tornassem o açúcar competitivo.

Entretanto para CARLI (1943: 21/58): “O fracasso dos engenhos centrais foi mais uma questão das condições históricas e sociais do país, além das grandes despesas de transportes, as cruéis demoras de pagamentos, as irregularidades de serviços das ferrovias e as dificuldades criadas pelos seus regulamentos não elásticos”.

É após este período, que se configurará a chamada agroindústria sucro-alcooleira, que de acordo com BRAY (1980) “era necessário ao passo que a fábrica deveria assumir o controle da matéria-prima, desaparecendo a subdivisão do trabalho industrial e agrícola.”

Em relação a expansão da agroindústria canavieira SZMRECSÁNYI diz: “A década de 1950 transcorreu sob o signo da expansão da agroindústria canavieira no Brasil. Essa expansão foi determinada em boa parte pela crescente demanda do mercado interno, devido os efeitos de uma intensa industrialização e urbanização no centro-sul do país. Esse crescimento da produção açucareira superou amplamente o seu consumo, e fez com que o país voltasse a figurar entre os grandes exportadores do produto. Essa expansão da agroindústria açucareira foi acompanhada e promovida pelo I.A.A.” (SZMRECSÁNYI, 1978; 46).

Já segundo THOMAZ JÚNIOR: “É em torno dos objetivos industriais que se promovem as mudanças tecno-organizacionais na lavoura canavieira. Tais mudanças se dão em sincronia com as decisões globais da unidade processadora que, por sua vez também tem que se adaptar às mudanças ocorridas na parte agrícola.” (1996:142).

Logo, é diante deste processo de desenvolvimento da agroindústria sucro-alcooleira e decorrente modernização/industrialização da agricultura que se fará ver no cenário canavieiro um conjunto de implicações quanto aos agentes envolvidos nesta trama, o que pode ser percebido principalmente através das relações de trabalho, que se configuram a partir da expansão das áreas ocupadas com a cultura de cana-de-açúcar.

Conforme estudos consagrados sobre esse assunto, como muito bem sintetiza ANDRADE: “(...) essa expansão se deu em detrimento de áreas de criação de gado, de culturas de subsistência ou de áreas de mata, com grande prejuízo para o abastecimento local e regional e com a degradação da natureza.” (1994:238).

Vê-se assim, o caráter pelo qual se deu semelhante expansão canavieira que, por sua vez está inserido em um contexto mais amplo ao qual assume papel preponderante a modernização da agricultura.

De acordo com OLIVEIRA: “(...) devemos salientar que o processo de” modernização “da agricultura não deve ser entendido apenas pelos índices de utilização de máquinas e insumos agropecuários que determinados setores passaram a absorver a partir do pós-guerra, pois o desenvolvimento de novas técnicas na agricultura brasileira veio acompanhado também de mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho. Neste processo modificaram-se as formas de pagamento de mão-de-obra no campo, que passou a ser cada vez mais assalariada; intensificou a utilização do trabalhador volante (ou bóia-fria), principalmente no setor canavieiro paulista; pequenos produtores, fossem eles, proprietários, parceiros ou posseiros foram sendo expropriados, dando lugar a empresas nos moldes capitalistas de produção.”(1999:44).

Por sua vez KAGEYAMA aponta que: “É o caráter social e irreversível da industrialização da agricultura, que permite a criação de um verdadeiro proletariado rural, estreitando-se a possibilidade de reprodução de formas independentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho.” (1987:14)

É deste modo que, tratando-se das empresas sucro-alcooleiras que se percebe a ocorrência de uma acirrada e violenta opressão sobre os trabalhadores, e de modo especial sobre os cortadores de cana, que vivem a cada dia a incerteza da manutenção de seu trabalho, uma vez que, o capitalista (o fornecedor de cana, o usineiro) cada vez mais se utiliza da mecanização do corte da cana. Embora seja visto em muitos casos como fator puramente ecológico, não se restringe tão somente ao mesmo, pois o que se nota é que todo este mecanismo foi criado para controlar o processo produtivo uma vez que antes o capital estava submetido às imposições trabalhistas, ao passo que por exemplo, na ocorrência de greves/paralisações quase sempre todo o processo produtivo ficava afetado por falta de pessoal, só com conseqüente normalização da situação após o atendimento das reivindicações feitas pelos trabalhadores, deixando assim o capital de mãos atadas.

E como não bastasse, “a quantidade de trabalho cresce com o desenvolvimento do maquinismo e da divisão do trabalho, quer pelo prolongamento das horas de trabalho, quer pelo aumento do trabalho exigido em um tempo determinado, pela aceleração do movimento das máquinas”^[1], bem como automaticamente seleciona o pessoal que lhes interessa, ou melhor, aqueles que possuem a agilidade e a destreza necessárias.

Por outro lado, falando-se nos trabalhadores das agroindústrias de maneira geral, ou seja, os que estão ligados à planta fabril, ou então os inseridos no processo de produção agrícola (cortadores de cana, catadores de bituca, etc.) e os condutores, nota-se a ocorrência de um verdadeiro peneiramento e conseqüente escolha daqueles que manifestam menor politização/sindicalização, a ponto destes (os trabalhadores) ficarem prejudicados em razão de tal situação, uma vez que é interessante ao capitalista tão somente funcionários passivos, enfim subordinados aos seus interesses.^[2]

Assim, “o que se põe como condição para o capital, de forma articulada é, num primeiro momento, a possibilidade e garantia da extração da mais valia e, num segundo momento, sua transubstanciação em sobrelucro” (THOMAZ JÚNIOR, 2001/8).

Isto é, ocorre a subordinação real do trabalho ao capital, mediante a alienação do trabalhador, através de um grau de exploração crescente por parte das usinas sucro-alcooleiras sobre os trabalhadores rurais que por sua vez encontram-se cada vez mais marginalizados do processo econômico do país. Tudo isto em nome de uma maior produtividade/lucratividade baseado em

investimentos crescentes no patamar tecnológico do setor e conseqüente desinteresse quanto àqueles que realmente são responsáveis pela sustentação do sistema (o nós da cana).

Neste sentido vale lembrar o papel desta chamada agroindústria sucro-alcooleira (produto do desenvolvimento ocorrido através dos tempos, desde o engenho da época colonial) que se por um lado, foi fruto de enormes divisas para o país, especialmente através da exportação dos produtos derivados, de outro foi agente implicador de um avassalador processo de concentração fundiária, agravando as desigualdades sócio-econômicas, submetendo milhares de trabalhadores a viverem na miséria e na indigência assistida além desse nefasto cenário social, há que se registrar as implicações abassaladoras no meio ambiente, com a prática monocultora, o uso de agrotóxicos, a destruição das matas ciliares, o assoreamento dos cursos d'água, etc., fatos ainda presentes na atividade canavieira brasileira.

Por fim, considerando o desenvolvimento da atividade canavieira e a formação da agroindústria sucro-alcooleira sob uma perspectiva geral dos acontecimentos, ou seja, de acordo com os aspectos políticos, econômicos, sociais e ecológicos que circundam semelhante questão, resta saber se a cultura da cana trouxe ao país benefícios suficientes para compensar o que provocou e (provoca) no tocante as modificações no modo de vida das pessoas de um lado a precarização das relações de trabalho os direitos humanos sendo viliperidiados, a miséria crescente dos trabalhadores, e de outro a concentração e a centralização do poder nas mãos do empresariado agroindustrial, resultante da produção social da riqueza e sua apropriação por alguns indivíduos que sequer participam do processo produtivo. Há que se debruçar sobre as relações sociais de produção e de trabalho para compreendermos a atividade canavieira no Brasil e seus desdobramentos sócio-espaciais. Esse é o desafio, segundo as relações de trabalho, à acumulação e concentração de riqueza e poder nas mãos do empresariado agroindustrial e, ao embate político-ideológico capital-trabalho?

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico social*. São Paulo: USP/FFLCH - GEO, 1994.

BRAY, Sílvio Carlos *A cultura de cana-de-açúcar no vale do Paranapanema: um estudo de geografia agrária*. São Paulo: FFLCH/USP (Tese de Doutorado), 1980.

KAGEYAMA, A. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: UNICAMP,(MIMEOG) 1987.

MARX, Karl *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1998.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. *A queima de cana-de-açúcar na Usina Nova América (Tarumã-SP): Gestão ambiental e Relações de trabalho*. Monografia de bacharelado. FCT/UNESP. Presidente Prudente, 1999.

SZMRECSANYI, T. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil. (1930-1975)*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1979.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os (Nós) da cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista)*. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1996.

_____. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. “Leitura Geográfica e gestão política na sociedade de classes”. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, número 24. AGB-Seção Porto Alegre. Porto Alegre, 1998.

_____. “Território em transe” In: *Actas do Seminário Internacional Desarrollo local y regional en Iberoamerica*. Universidade De Santiago de Compostela (USC). Santiago de Compostela, 1999.

_____. *Qualificação do trabalho: adiestramento ou liberdade?* Barcelona: Universidade de

Barcelona, 2000. www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm

* Este texto é produto do levantamento bibliográfico realizado através do Plano de Trabalho do Programa PAE. Programa de Apoio ao Estudante.

** Estudante do 1º ano do curso de graduação de Geografia, da FCT/UNESP/Presidente Prudente e Bolsista do Programa de Apoio ao Estudante (PAE), sob orientação do Professor Antonio Thomaz Júnior. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET). *E-mail:* joserobertoazevedo@bol.com.br

[1] MARX, Karl: O Manifesto do Partido Comunista

[2] Cf. THOMAZ JR., 1996.